



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: “Restauração conservadora e novas formas de resistências”
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Questão agrária, urbana e ambiental

As relações contraditórias entre o campo e a cidade no contexto agroindustrial

Taís Coutinho Parente¹

Este trabalho objetiva refletir sobre as relações contraditórias existentes entre a cidade e o campo a partir da lógica de formação dos complexos agroindustriais (CAI), onde a divisão entre rural e urbano torna-se complexa, principalmente quando se analisa a formação das Regiões Produtivas Agrícolas (RPA).

As cidades, de maneira geral, podem ser entendidas como o local em que é recebido o excedente alimentar do campo. Esta transferência é garantida a partir de uma relação de exploração, resultando em um processo de constituição de uma classe dominante (SINGER, 2002). Nesta análise, a cidade se torna dependente do campo, enquanto este pode subsistir. Com a consolidação do agronegócio, a cidade deixou de concentrar apenas o excedente alimentar e passou a concentrar toda a produção agrícola que é comercializada, transformada industrialmente e, em parte, redistribuída ao campo. Desse modo, atualmente, não apenas a cidade não pode existir sem o campo, mas o campo também perde sua existência sem a cidade.

Esta consolidação é acompanhada da modernização da agricultura que segue a lógica do agronegócio globalizado (GOMES, 2009), onde há uma expansão da área urbana, o capital passa a investir seu excedente nesta modernização e, desse modo, as relações contraditórias campo-cidade são intensificadas. A lógica agrícola obedece à acumulação industrial a partir de um processo de territorialização que é protagonizado por capitalistas industriais, capitalistas agrícolas e proprietários de terra que se unem e desenvolvem os complexos agroindustriais (CAI). Essa união se sustenta na exploração do trabalho e na apropriação da terra (BELLENTANI, 2015), tornando, frequentemente, a agricultura um setor subordinado às empresas multinacionais.

¹ Engenheira química, mestranda em geografia pela Unicamp, Instituto de Geociências, Campinas, SP, Brasil. <taiscoutinhop@gmail.com>

No processo de formação dos CAI, as políticas públicas são pensadas a partir deste novo modelo para certos espaços, dotando de um novo conjunto de objetos e ações que os diferencia de outros espaços, promovendo a constituição de regiões produtivas (SANTOS, 1985 apud GOMES, 2009). O limite campo-cidade torna-se difuso ao analisar, por exemplo, o surgimento de cidades funcionais do agronegócio, as Regiões Produtivas Agrícolas (RPA) (ELIAS, 2011). As RPA são compostas por espaços agrícolas e urbanos que foram escolhidos como potenciais para receber investimentos privados, atendendo ao mercado globalizado e se organizando com base na imposição deste. As RPA intensificam os conflitos sociais, pois, segundo Santos (1994), quanto mais um país adota uma política voltada para o mercado externo, cujas necessidades diferem às necessidades reais do país, mais se tem a desigualdade dos espaços.

A partir destas reflexões, pode-se afirmar que a dinâmica agroindustrial, deve ser entendida para além de uma relação de dicotomia ou interdependência entre o campo e a cidade, mas o que deve ser entendido é a contradição entre o campo e a cidade a partir da contradição de classes que existem nesses dois campos, a nível local e global. Para Gomes (2009), existem, ainda, outros pares dialéticos que devem ser estudados na dinâmica agroindustrial, por exemplo, proprietário privado da terra - fração do capital na agricultura; fração do capital na agricultura - assalariados rurais; e fração do capital fabril - proletariado industrial. Esses pares dialéticos surgem devido à unificação entre indústria e agricultura, sendo possível porque o proprietário das terras, o capitalista da agricultura e o capitalista da indústria são uma só pessoa que para produzir se sustenta no trabalho assalariado (Oliveira, 2005 apud Bellentani, 2015).

Referências

BELLENTANI, N.F. **A territorialização dos monopólios no setor suco energético.** Tese (Doutorado Geografia Humana)-Programa de Geografia Humana na Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2015.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **R. B. estudos urbanos e regionais**, v. 13, n. 2, 2011.

GOMES, I.R. Difusão do agronegócio e novas dinâmicas territoriais. **Terra Livre**, São Paulo, ano 25, v.2, n.33, p. 47-66, 2009.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade, o caso de São Paulo**. São Paulo: Educ – PUC-SP, 1994.

SINGER, P. **A economia política da urbanização**. São Paulo: Hucitec, 2002.